

VII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad -



Este trabajo está licenciado bajo la licencia Creative Commons Attribution 3.0. Fonte: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/schedConf/presentations>. Acesso em: 26 fev. 2019.

REFERÊNCIA

RONCAGLIO, Cynthia; NOGUEIRA, Rodrigo de Freitas; COSTA, Thiara de Almeida. Estratégias de implantação e atuação do Arquivo Central para a preservação e o acesso à produção científica e à memória institucional da Universidade de Brasília. In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 7., 2018, Madrid; Murcia. Anais eletrônicos [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Murcia, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/viewFile/387/33>. Acesso em: 26 fev. 2019.

Estratégias de implantação e atuação do Arquivo Central para a preservação e o acesso à produção científica e à memória institucional da Universidade de Brasília

**Cynthia Roncaglio
Rodrigo de Freitas Nogueira
Thiara de Almeida Costa**

INTRODUÇÃO

No Brasil, a legislação que define a política nacional de arquivos remonta ao início dos anos 1990. Mas a (re)estruturação dos arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)¹ e o revigoramento do debate sobre o lugar e a função do arquivo na estrutura universitária brasileira são recentes e têm a ver com várias ações governamentais e normativas em curso, dentre as quais, destaca-se: a) o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI)², com a consequente expansão dos cursos de Arquivologia no país e a abertura de concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos; b) Portaria nº92, de 23 de setembro de 2011, do Arquivo Nacional do Brasil, que aprovou o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); c) aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos que assegurem o direito fundamental de acesso à informação³.

¹ Para mais informações sobre a evolução dos arquivos universitários e o debate sobre o tema em décadas passadas ver BELLOTTO (2014); BOTTINO (2012); VENÂNCIO (2012).

² O Programa REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Lançado em 2007 pelo governo federal prevê metas para ampliação das estruturas físicas, reforço e ampliação das iniciativas para ampliação de vagas e elevação da qualidade da educação nacional.

³ O Art. 3º desta Lei indica que tais procedimentos devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; desenvolvimento do controle social da administração pública.

Este artigo visa apresentar um panorama da transformação do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), criado em 1986 e extinto em 2014, quando é criado, no seu lugar, o Arquivo Central (ACE), como órgão complementar para ser o responsável pela coordenação do Sistema de Arquivos da UnB e implementação da política arquivística na instituição.

Dentre as estratégias para sensibilizar a comunidade universitária (docentes, técnicos e estudantes) para a importância do arquivo, além da elaboração de um planejamento estratégico que incluiu, dentre outras ações fundamentais, a implementação da gestão de documentos arquivísticos da instituição, efetivou-se desde 2011, um amplo debate (e ações) sobre a gestão da memória da universidade, envolvendo as diversas áreas de conhecimento e a comunidade arquivística, a fim de propor uma política de informação, documentação e comunicação para a UnB.

A partir de 2015, e não previsto explicitamente no planejamento estratégico, implementou-se também o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na UnB, que desencadeou muitos desafios relacionados à produção, uso e guarda de documentos arquivísticos digitais, visando a preservação e o acesso aos registros e à memória institucional. A implementação e gestão do SEI somente se tornou possível no contexto de caracterização e desenvolvimento do Arquivo Central na UnB, resultado de esforços que fomentaram a capacitação e a realização de estudos sobre esses documentos.

Pretende-se, neste artigo, evidenciar o papel estratégico dos serviços arquivísticos para o desenvolvimento institucional no âmbito da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão e a importância de definir, juntamente com a comunidade arquivística, ações para promoção e preservação da memória organizacional e institucional.

BREVE HISTÓRICO DA UNB E SUAS PREOCUPAÇÕES COM OS ARQUIVOS (OU SERÁ COM A “MEMÓRIA”?)

A Universidade de Brasília (UnB) nasceu quase ao mesmo tempo em que a cidade de Brasília⁴. Mantida pela Fundação Universidade de Brasília (FUB), foi criada

⁴ A construção de Brasília começou em 1956, no Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960). Eleita a nova capital federal foi inaugurada em 21 de abril de 1960. A escolha desse lugar material (e simbólico) da Região Centro-Oeste, vincula-se à ousada ideia de integrar o Brasil de norte a sul no projeto desenvolvimentista de JK, conhecido pelo *slogan* *50 anos em 5*. Brasília foi chamada de *capital da esperança* pelo escritor francês André Malraux.

pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, sob o espírito de inovação e ousadia que inspirava o poder público naquele momento. Conforme depoimento de um dos idealizadores da UnB, o antropólogo, educador e político Darcy Ribeiro, a Universidade de Brasília foi criada por meio do Decreto nº500, de 15 de janeiro de 1962, com a finalidade de estabelecer um centro cultural ímpar, onde não poderia faltar uma universidade para atender uma cidade criada artificialmente no centro do país para ser a capital da República.

A *universidade necessária*, assim denominada por Darcy Ribeiro, num primeiro momento, não poderia ser mais uma universidade brasileira voltada para o ensino e a pesquisa, mas deveria pensar (e oferecer soluções) para os problemas do Brasil, atendendo o princípio de duas lealdades fundamentais: “lealdade aos padrões internacionais de saber e à busca de solução dos problemas nacionais” (RIBEIRO, 2012, p.11). Neste contexto, a UnB deveria ser também uma *universidade utópica*, propiciando uma reforma universitária de todas as universidades, um centro de estudos e um laboratório intelectual e científico autônomo, sustentável, inovador, capaz de corresponder aos anseios de modernidade e desenvolvimentismo que o país ansiava, além de ter recursos próprios para garantir sua autonomia (RIBEIRO, 2012, p.11-20)⁵. A criação simultânea da Universidade e de sua mantenedora deu à UnB, portanto, características legais e organizacionais únicas, que se refletiram tanto em sua estrutura inicial quanto em seu processo de gestão e desenvolvimento posteriores, ainda que o seu projeto inicial tenha sido vetado pela Ditadura Militar, culminando inclusive entre abril de 1964 e outubro de 1965 na demissão coletiva de 223 dos 305 professores que a compunham⁶. Não por acaso, a criação de um Centro de Documentação, surge somente após o período da Ditadura Militar (1964-1985). A *universidade utópica*, imaginada por Darcy Ribeiro no Governo JK teve seus planos reformulados nesse conturbado período.

⁵ A Fundação Universidade de Brasília (FUB) criada para manter a Universidade de Brasília, foi constituída de um patrimônio próprio baseado em dotações em espécie, rendas das ações ordinárias nominativas da então Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União; terrenos e imóveis destinados, na sede da Capital, à construção e manutenção da Universidade em Brasília; por doações e subvenções diversas concedidas pela União, pelo Distrito Federal e por entidades públicas e particulares.

⁶ Verno portal da UnB trechos desta história. Disponível em <http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes>. Acesso em 20 abr. 2014.

No planejamento inicial da Universidade de Brasília, contemplava-se, além da “Biblioteca Central”, um “Museu da Civilização Brasileira” e um “Museu da Ciência”.⁷ Mas não há menção nesse planejamento à criação de um Arquivo Central, ou outro órgão similar. Até a década de 1980, inclusive, não há registros que indiquem a sua criação. Somente em junho de 1986 foi formado um Grupo de Trabalho interessado na restauração e preservação do acervo documental da Universidade de Brasília, que propôs a criação do Núcleo de Documentação e Estudos sobre a Universidade de Brasília (NDOC).

Aqui cabe fazer uma pequena digressão. Considerando que a comissão constituída para fundar a Universidade de Brasília era composta de homens como Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer e Darcy Ribeiro – todos eles com ampla visão das questões culturais – é difícil acreditar que eles haviam “esquecido” dos arquivos no planejamento dos espaços institucionais da UnB. Darcy Ribeiro menciona nas suas memórias que documentos importantes deveriam ser guardados na Biblioteca (sic). É mais provável, portanto, que os arquivos fossem considerados – como até hoje o são – tão intrínsecos à existência das instituições e pessoas, que unidades (administrativas e/ou acadêmicas) cuidariam deles. E aqueles que porventura fossem cunhados de “interesse histórico” iriam para a Biblioteca ou Museus (sic). Ademais, vale ressaltar que naquela época ainda não havia sequer cursos de Arquivologia no âmbito das universidades federais. Os primeiros cursos foram criados na década seguinte e o da UnB somente na década de 1990.⁸

Em 25 de agosto de 1986, por meio do Ato da Reitoria nº345, foi criado o Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (Cedaq), com atribuições provisórias e sem definição de estrutura formal. Posteriormente, este foi modificado por meio da Resolução do Conselho Diretor nº 044, de 28 de novembro de 1988, passando a ser denominado de Centro de Documentação (Cedoc), ou seja, passou a não constar o termo Arquivo na sua nomenclatura, por ser considerado redundante.⁹

⁷ Destes órgãos citados apenas a criação e construção da Biblioteca Central foi efetivada.

⁸ Ver mais sobre o assunto em MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras: 1ª Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011.

⁹ Conforme consta no parecer que acompanha o Plano Orientador de Implantação do Centro de Documentação da Universidade de Brasília, “a palavra ‘Arquivo’ foi suprimida da denominação original

Em linhas gerais, os objetivos do *Plano Orientador de Implantação do Centro de Documentação da Universidade de Brasília* (1988) eram:

- organizar, preservar e divulgar o acervo cultural da UnB e outros acervos de instituições ou particulares que a Universidade adquirisse ou fossem colocados à disposição da UnB para preservar a memória das suas atividades;
- propor e executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental administrativa da FUB e de preservação dos bens culturais históricos, articulando-se com as unidades acadêmicas e suplementares da UnB;
- produzir e aplicar novas tecnologias na área de restauração documental em articulação com diversos departamentos da Universidade de Brasília e treinar especialistas nesse campo;
- constituir-se em laboratórios de pesquisas e de trabalhos práticos nas áreas de ensino e extensão, atendendo as unidades universitárias;
- fomentar a pesquisa histórica por meio do apoio de projetos de pesquisa, principalmente sobre a UnB e a história regional, além de outras áreas propostas por instituições ou pesquisadores isolados, desde que os fundos documentais fossem incorporados ao centro.

De um ponto de vista retrospectivo tais objetivos, embora muito pertinentes, parecem estabelecer atribuições muito amplas do Centro de Documentação, abrangendo a organização e preservação de documentos arquivísticos e museológicos, catalogação de bens históricos, desenvolvimento de pesquisa história e difusão cultural. Ou seja, parece haver uma preocupação latente com a memória da universidade nas suas mais diferentes possibilidades de expressão documental e representações identitárias, porém, sem uma diretriz clara de como viabilizar institucionalmente atividades tão difusas, garantir o que pode e deve ser preservado, para que e para quem, o que acaba por redundar num discurso retórico, onde são maiores as chances de se efetivar o esquecimento do que a lembrança.

Tais atribuições exigiriam para a sua concretização, no mínimo, um investimento financeiro considerável e uma quantidade de especialistas e técnicos com habilidades distintas para funcionar a contento, o que na prática não se efetivou. Ao que

do Centro por considerá-la redundante, pois um Centro de Documentação já pressupõe a existência de um arquivo, além de outros tipos de acervos documentais”.

se sabe, embora haja registro de algumas tentativas de criar um sistema de arquivos e realizar a gestão de documentos, de fato, a produção, o fluxo e a guarda de documentos resultantes das atividades administrativas e acadêmicas da UnB cresceram alheios à existência da legislação arquivística nacional e à implementação de uma gestão arquivística. Ainda assim, se uma parte da memória da UnB foi preservada, deve-se à iniciativa e aos esforços do Núcleo de Documentação e Estudos sobre a Universidade de Brasília (NDOC).

A partir de 2008, com a atuação de arquivistas contratados para o quadro permanente da FUB e a instituição da Comissão de Modernização e Reestruturação Administrativa instituída pela Reitoria, o Cedoc começou a passar por uma reestruturação, a fim de se tornar, de fato e de direito, o Arquivo Central (ACE) da UnB. Uma das mudanças significativas na estrutura do Cedoc ocorreu em 2011 quando a Subsecretaria de Comunicação Administrativa (SCA), então responsável pela função de protocolo da UnB, foi incorporada ao Centro. A vinculação foi motivada pela necessidade de definição de estabelecer quem seria responsável pela gestão de documentos arquivísticos na UnB. A proposta foi amplamente discutida no âmbito da Comissão instaurada, sendo criado um Grupo de Trabalho (GT), formado por técnicos do planejamento e do Cedoc e professores da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) para subsidiar os trabalhos.

CRIAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL E REDIMENSIONAMENTO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES NUMA UNIVERSIDADE EM EXPANSÃO

Como já dito antes, diante da crescente demanda administrativa e da participação da Unidade em comissões e grupos de trabalho constituídos dentro e fora da UnB, relacionados à reestruturação administrativa, gestão arquivística nas universidades públicas entre outros temas de relevância, evidenciou-se a necessidade de reconfigurar o próprio Cedoc, atribuindo-lhe a responsabilidade de Arquivo Central (ACE), a fim de elaborar e implementar a política arquivística da UnB.

Em 2013, na mudança de gestão administrativa da Universidade e com o Cedoc sob nova direção, se configurou um momento propício à reestruturação da unidade e efetivação das alterações propostas no escopo das discussões. A elaboração de um planejamento estratégico que norteasse as ações a curto, médio e longo prazo foi

fundamental para que o futuro ACE pudesse atuar como setor responsável na UnB pela coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade de Brasília (SAUnB) e implementação da política arquivística e gestão de documentos arquivísticos da Universidade, visando facilitar o acesso e a divulgação das informações.

Constou deste planejamento a análise situacional (antecedentes, identificação de problemas, pontos fracos e fortes, ameaças e oportunidades) e um plano de ação dividido em duas vertentes: 1) ações para a estruturação e o fortalecimento da gestão da unidade; 2) ações estratégicas para o gerenciamento de documentos arquivísticos da FUB/UnB.

Os pontos fracos e fortes, de certo modo, já foram aqui apontados brevemente (atribuições muito amplas e difusas, configuração jurídica informal, novos marcos normativos, renovação do quadro de pessoal etc.). As ameaças estavam relacionadas à não reestruturação formal da unidade (ainda que fosse criado o ACE, seria necessário aprovar o seu regimento e criar o Sistema de Arquivos); orçamento insuficiente; incapacidade física do atual prédio para cumprir as suas funções, especialmente no que concerne aos depósitos de arquivo intermediário e arquivo permanente; falta de pessoal do quadro efetivo da UnB em número suficiente, tanto no ACE quanto nas unidades, para manter e organizar os arquivos setoriais. As oportunidades concentravam-se na sensibilidade, no apoio e no engajamento da atual Administração Superior da UnB para implementar o programa de gestão de documentos; na preocupação das unidades com seus arquivos e a necessidade de transferir/recolher documentação; a inclusão da construção do Arquivo Central no Plano de Obras 2014-2015; na abertura de novos concursos para ampliar o quadro efetivo da UnB.

Quanto ao plano de ação para a estruturação e o fortalecimento da gestão do ACE abrangia previsão de investimentos na estrutura física, tecnológica, administrativa e operacional, na melhoria da comunicação interna, no estímulo à promoção de eventos e participação em eventos, na capacitação contínua dos servidores, no mapeamento dos processos internos, no apoio às atividades de ensino realizadas no ACE e na atuação conjunta de projetos de pesquisa com a Faculdade de Ciência da Informação, onde funcionam os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Já o plano de ações estratégicas para o gerenciamento de documentos arquivísticos da FUB/UnB, abrangia o estabelecimento de procedimentos de gestão de

documentos e de acesso aos documentos e difusão de informações, assim como ações integradas de documentação/informação e comunicação na FUB/UnB. Tais procedimentos precisariam, ainda, ser desenvolvidos e definidos a partir de estudos e explicitados amplamente por meio de publicações técnicas. A implementação da gestão de documentos ainda se encontrava numa fase inicial de diagnóstico de massa documental, assistência técnica às unidades para classificação de documentos, estudos preliminares sobre a classificação de documentos sigilosos, oferta de cursos presenciais e à distância para treinamento dos servidores de todas as unidades.

Quanto ao arquivo permanente ainda seria preciso estabelecer políticas de recolhimento e descrição, elaborar instrumentos de pesquisa, propiciar ambiente físico e virtual para consultas dos usuários aos instrumentos de pesquisa e aos documentos propriamente ditos.

Cabe destacar neste planejamento, e dentre as ações importantes para o fortalecimento do ACE e dos serviços arquivísticos, as ações integradas para a documentação, informação e comunicação na FUB/UnB, que vinham e continuam sendo realizadas com certa regularidade e com as melhores expectativas. Trata-se de uma mobilização dos servidores (docentes e técnico-administrativos), constituídos numa rede colaborativa interdepartamental e interdisciplinar, que aproveitou o ensejo das Comemorações dos 50 anos da Universidade de Brasília, em 2012, para realizar seminário intitulado *Gestão da memória: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação para a Universidade de Brasília*¹⁰. Também a realização anual do *Workshop de Gestão de documentos*, que visa sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o seu papel no âmbito do Sistema de Arquivos da UnB. Além dessas ações de sensibilização, foram criados documentos que normatizam a gestão de documentos na UnB, tais como: regimento interno do Arquivo Central; regimento interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UnB; Elaboração do Manual de Gestão de Documentos da UnB.

Com o objetivo de fortalecer a parceria do ACE com a Faculdade de Ciência da Informação (FCI) foram realizados projetos, via estágios ou planos de atividade complementar, do ACE em conjunto com docentes e estudantes da FCI, o que auxiliou

¹⁰ Esse evento já realizou três edições: a 1ª em 2012; a 2ª em 2013; e a 3ª em 2016.

em minimizar a falta de pessoal para executar tantas atividades intelectuais e operacionais. Foram realizados vários projetos e consultorias arquivísticas, e, também, um Diagnóstico da situação arquivística da Universidade de Brasília. Outra ação importante que fortaleceu a parceria do ACE com o Centro de informática foi a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na UnB, por meio de comissão multidisciplinar, visando a modernização da gestão de documentos e dos fluxos de trabalho na UnB, evidenciando várias ações realizadas ao longo desse período, promovendo a implementação gradual da gestão de documentos com excelência e eficiência.

A PERSPECTIVA DE ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO UNIVERSITÁRIO

A discussão e elaboração de um único plano de classificação e tabela de temporalidade de documento de arquivo para as IFES, que culminou na sua aprovação e publicação em 2011, representou um avanço para a organização dos arquivos das universidades públicas federais. Os estudos foram realizados pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído em setembro de 2006 no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal, denominado GT-IFES-AN, coordenado pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional – COGED/AN e integrado por técnicos do Arquivo Nacional e por representantes das instituições de ensino superior.

Participaram do GT-IFES-AN trinta e uma instituições, dentre elas, onze federais (dentre as quais a UnB) e uma estadual que se propuseram a realizar o levantamento da produção documental, o estudo dos prazos de guarda e destinação final e a análise da documentação acumulada em cada instituição, assim como enviaram contribuições que foram discutidas e sistematizadas em Reuniões Técnicas do GT. Evidente que no decorrer da aplicação dos instrumentos técnicos surgem novas dúvidas a respeito da classificação, da temporalidade e das tipologias documentais, o que implicará numa revisão e atualização de tempos em tempos desses instrumentos.

As atividades de identificação, classificação, avaliação e recolhimento de documentos de todos os setores da Universidade vêm sendo realizada de acordo com os códigos de classificação de documentos de arquivo das atividades-meio e fim das IFES

desde 2009¹¹. Porém, em ritmo lento, considerando as dimensões da Universidade e posto que para a sua devida aplicação, além de ser necessária a orientação feita pelos arquivistas da instituição é preciso, em cada setor, ordenar o(a) responsável pelas tarefas inerentes à organização do arquivo.

Ainda que venham a ser melhorada as condições de pessoal é preciso também um aperfeiçoamento constante da comunicação para atingir toda a Universidade com as informações sobre o que é o programa de gestão de documentos institucional, como cumpri-lo nas suas atividades cotidianas e fazer os encaminhamentos necessários e corretos para o ACE. Ou seja, é preciso que o Sistema de Arquivos seja plenamente assimilado e incorporado pela instituição; o que demanda tempo e orçamento para as todas as unidades administrativas e acadêmicas envolvidas.

Outro desafio do ACE da UnB – e de várias outras IFES – é a organização, preservação e acesso aos documentos de guarda permanente das IFES. Em tese, o responsável pela custódia dos documentos das IFES é o Arquivo Nacional (AN). Todavia, do que se sabe sobre a UnB, em mais de 50 anos de existência nunca foi recolhida documentação ao AN. Questiona-se, inclusive, a necessidade e a viabilidade estrutural desse recolhimento. Porém, manter o acervo permanente da UnB no ACE implica, como se sabe, não apenas a guarda, mas a preservação e acesso a esses documentos.

Observa-se que a consulta ao arquivo permanente por docentes da UnB aumentou, sobretudo desde o período em que se instalou a Comissão de Comemoração dos 50 anos da instituição, em 2012. Diretores e/ou comissões formadas por docentes de vários institutos e faculdades mobilizaram-se para recuperar as memórias das unidades (cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios, núcleos de pesquisa etc.) e produzir histórias das unidades divulgadas por meio de publicações impressas e eletrônicas e audiovisuais. Essas iniciativas parecem um bom sinal, na medida em que demonstram uma preocupação dos próprios servidores públicos em compreender as permanências e mudanças institucionais, quem fez ou faz parte dela, em quais atividades atuou e como atuou, quais projetos obtiveram êxito e quais fracassaram, o que ainda é preciso fazer em relação às atividades finalísticas da Universidade. Tais preocupações, sobretudo,

¹¹ Ver mais detalhes sobre as atividades realizadas pelo Cedoc em DURCE, Caroline Lopes e PEREIRA, Tânia Maria de Moura. (2012, p.261-275).

coincidem com a preocupação do Arquivo Central, em garantir que essas e outras informações que permitem a compreensão, o conhecimento e a apropriação das informações para fins probatórios e informativos estejam ao alcance de todos os usuários do ACE.

Há também outras decisões a serem tomadas que envolvem, além do cumprimento dos prazos de guarda e destinação dos documentos previstos nos planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos, a definição quanto a uma política de aquisição de acervo. Há no ACE – e em vários locais da UnB – coleções dispersas de documentos recebidos de reitores, docentes e/ou pessoas e entidades coletivas que em algum momento estabeleceram vínculos com a Universidade, sem que se saiba, amiúde, quais critérios nortearam o recebimento desses documentos. Como apontam diversos estudos arquivísticos internacionais, e nacionais mais recentes, a demanda pelo acesso aos documentos de arquivo, em qualquer instituição pública detentora de acervo, mais especificamente os arquivos de instituições de pesquisa científica e das universidades é perpassada pelo questionamento sobre as fronteiras entre o público e o privado, o atendimento às demandas específicas do produtor e da própria sociedade, o lugar e a função dos arquivos nesses contextos. Como diz Oliveira (2012, p.127), para que ocorram resultados satisfatórios dos trabalhos realizados nos arquivos e pelos arquivistas, “é fundamental uma articulação entre os diferentes agentes envolvidos na definição e manutenção do que deve ser preservado.”

O mesmo pode-se dizer em relação aos documentos digitais produzidos pela Universidade. Embora tenhamos legislação básica, estudos e publicações técnicas a orientar a gestão de documentos em ambiente digital, de fato, estamos engatinhando em relação às medidas a serem tomadas para o efetivo acompanhamento e preservação do ciclo vital desses documentos. Mais uma vez, considera-se fundamental o diálogo permanente e a articulação de ações de várias unidades no âmbito da Universidade – especialmente entre Arquivo Central e Centro de Informática, para que se cumpra integralmente a função institucional e social do arquivo.

A CONSOLIDAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL E OS NOVOS DESAFIOS

O cenário de transformação e mudanças na Universidade é instigante e promove o desenvolvimento de novas estratégias e percepções diversas sobre as soluções para a

gestão de documentos. A persistência do ACE e de sua equipe em promover o tratamento e recuperabilidade dos documentos que remetem à memória da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão da UnB se estendeu, inevitavelmente, aos documentos digitais.

A preocupação com os documentos de arquivo produzidos no ambiente digital se evidenciou no contexto da preservação e difusão. A partir daí, buscou-se estratégias para melhor compreender os documentos arquivísticos digitais por meio da participação em reuniões, seminários, capacitações e palestras. Naquela ocasião, a complexidade da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais se caracterizava como desafio e ampliava as discussões sobre os arquivos e sua atuação institucional.

Embora ações de melhorias no sistema de protocolo UnBDoc¹² não estivessem previstas inicialmente no planejamento estratégico do Arquivo Central, discussões em torno do assunto com a administração superior da UnB tornaram-se pauta do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) que propôs a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)¹³ na UnB. A implementação do SEI implicou diretamente na gestão de documentos da Universidade, onde os documentos passaram, desde maio de 2016, a ser produzidos, editados, classificados, assinados e tramitados em meio digital, caracterizando um documento arquivístico digital.

A utilização de documentos digitais na UnB, por meio do SEI, ofereceu celeridade e integridade aos documentos produzidos na Universidade. Esta era uma demanda antiga da comunidade universitária, que questionava a morosidade na tramitação, a perda de processos e documentos, e apontava diversos outros problemas relacionados à completez dos registros (integridade. Também se evidencia no cenário anterior à implementação do SEI na UnB, questões relacionadas à ausência de classificação de documentos junto ao produtor e o acesso limitado do Arquivo Central sobre o UnBDoc.

A atuação do Arquivo Central foi decisiva ao disponibilizar parte dos seus arquivistas para compor a Comissão de implementação do SEI na UnB, formada por

¹² Sistema de protocolo desenvolvido por equipe técnica da Universidade de Brasília na década de 1990, utilizado para registrar a tramitação entre unidades da UnB, disponível para acesso em: <https://unbdoc.unb.br/>.

¹³ Sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4 Região (TRF4) distribuído por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN).

servidores do ACE, do Centro de Informática (CPD) e do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) da UnB. Nesse processo a liderança foi exercida por um arquivista, então coordenador de Protocolo do ACE. A equipe recebeu a incumbência da Administração Superior da UnB de viabilizar a implementação do SEI na UnB no prazo de seis meses, com ações de planejamento, comunicação, configurações do sistema, capacitação da comunidade e manutenção após a chamada “virada de chave”¹⁴.

A proposta de mudança de cultura, com o objetivo de modernizar a gestão de documentos na UnB, se materializou no escopo do projeto UnBDigital¹⁵, que previu a implementação do SEI, como primeira fase, e ações complementares para garantir a manutenção e preservação dos documentos autênticos e confiáveis no ambiente digital.

No processo de implementação do SEI, além da liderança de arquivistas na equipe do projeto, foi formado um “Grupo de Patrocinadores”¹⁶ que acompanhou o passo a passo do projeto, facilitando entre outras coisas o processo de comunicação com a comunidade universitária, validando todas as ações. A dedicação da equipe de servidores associada ao esforço da direção do ACE mudou o paradigma de atuação do Arquivo Central na Universidade, aumentando a visibilidade institucional e indicando novos desafios a serem superados na gestão de documentos e na preservação de documentos arquivísticos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da universidade, com a criação de mais cursos e vagas para o ingresso de estudantes exige proporcionalmente a expansão da infraestrutura física, administrativa e tecnológica para atender esse crescimento. O ACE, como órgão complementar, responsável pela proposição e implementação da política arquivística da Fundação Universidade de Brasília, da coordenação de seu Sistema de Arquivos (SAUnB), do desenvolvimento da gestão de documentos arquivísticos e da sua preservação, visando facilitar a divulgação e o acesso às informações, precisa acompanhar esse crescimento de forma contínua e padronizada.

¹⁴ Termo utilizado pela comunidade usuária do SEI para definir a implementação simultânea do SEI para todos os processos de trabalho do órgão. Na UnB a “virada de chave” ocorreu no dia 16 de maio de 2016.

¹⁵ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis no endereço eletrônico: <<http://unbdigital.unb.br/>>.

¹⁶ Definido com atuação estratégica para acolher, avaliar e deliberar sobre encaminhamentos do projeto UnBDigital, composto pela Vice-Reitora; Decano de Planejamento e Orçamento; Diretor do Centro de Informática e Diretora do Arquivo Central.

Entende-se por política arquivística o conjunto de definições, objetivos, princípios e diretrizes que devem orientar a gestão de documentos arquivísticos da UnB, a fim de viabilizar e facilitar a preservação e a democratização do acesso à informação na FUB/UnB. Para isto é necessário investimentos financeiros, planejamento, visão integrada das unidades de informação e comunicação e diálogo permanente com a comunidade universitária, sem os quais não se conseguirá cumprir os objetivos propostos.

Qual é o papel do Arquivo Central neste cenário complexo e em crescimento de produção de documentos em diferentes ambientes e suportes?

Compreende-se que deve haver uma atuação constante junto à Administração Superior no sentido de instruir, convencer e ratificar a importância do Arquivo Central estar à frente e/ou ser consultado na tomada de decisões a respeito de rotinas de produção, tramitação, destinação, mudança de suporte e arquivamento de documentos; classificação de documentos sigilosos; definição de adoção de tecnologias de informação e comunicação; aquisição de acervos arquivísticos, entre outros assuntos que se apresentarem.

Neste sentido, a equipe do ACE tem promovido palestras para decanos, câmaras e conselhos superiores a fim de sensibilizá-los com propostas de reformulação ou atualização de procedimentos relacionados, por exemplo, a documentos da graduação ou pós-graduação.

Outra estratégia de ação é promover eventos que possibilitem visibilidade ao ACE por meio de utilização do espaço para discussão de temas ligados aos arquivos, à Arquivologia e áreas afins e propiciem um ambiente de reflexão contínua da equipe e de toda a comunidade acadêmica.

Outra linha de ação refere-se à definição de prioridades de estudos e ações que possam contribuir para as intervenções a serem feitas na área de produção, classificação, avaliação, descrição e acesso. Dando continuidade às ações realizadas no Planejamento Estratégico referente ao período de 2013 a 2017, foi realizado o Planejamento Estratégico de 2018 a 2022, prevendo o estudo e a elaboração de uma Política Arquivística e de um Programa de Gestão de Documentos. Entende-se, finalmente, que a política arquivística em curso não só deve ser elaborada e explicitada em conjunto com os agentes envolvidos na produção, organização e manutenção de acervos em todos

os *campi*, mas deve estar inserida numa política de informação e comunicação que atenda não só às exigências da Lei de Acesso à Informação (LAI), nos seus aspectos mais básicos, mas que promova, no contexto acadêmico, o acesso imediato, seguro e de qualidade à informação numa lógica extensiva e cooperativa.

Nesse sentido, a universidade deverá buscar a integração de diferentes setores, “por meio de um conjunto de metas institucionais, pactuadas e assimiladas gradualmente pela comunidade. Esse processo engloba tanto os colégios invisíveis, que representam a informalidade e a parte mais dinâmica da comunicação científica e acadêmica, quanto os documentos (seus rituais de produção) e registros mais formais da comunicação científica na academia, que também dependem de processos administrativos” (RONCAGLIO E SIMEÃO, 2013, p.3).

Vale ressaltar que a favor da implementação efetiva de uma política de informação e comunicação que garanta a curto, médio e longo prazo a qualidade da produção, tramitação e do acesso às informações e comunicação da instituição temos na UnB servidores qualificados e especialistas nas diversas áreas de informação, comunicação e tecnologia que estão se dispondo a desenvolver metodologias para a interação e o compartilhamento de recursos visando inovações que deem sustentação ao desenvolvimento institucional. Sob esta perspectiva, tanto o Arquivo Central quanto a equipe de arquivistas são atores fundamentais na constituição dessa rede colaborativa.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato. e NASCIMENTO, Adalson (Orgs.). *Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20.abr.2014.

DURCE, Caroline Lopes e PEREIRA, Tânia Maria de Moura. Turbulência nos arquivos universitários: o papel do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Brasília (UnB) na preservação das informações arquivísticas. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. (Orgs.). *Política de aquisição*

e preservação de acervos em universidades instituições de pesquisa. Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p.261-275.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. (Orgs.). *Política de aquisição e preservação de acervos em universidades instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p.261-275.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras: 1ª Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. (Coleção Depoimentos). Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei n.º3.998, de 15 de dezembro de 1961*. Brasília: Editora Universidade de Brasília 1.ª reimpressão ed. Especial, 2012.

RONCAGLIO, Cynthia e SIMEÃO, Elmira (Orgs.) *Gestão da memória: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação para a Universidade de Brasília*. Brasília: FCI/UnB, 2013. (no prelo)

UnB. Centro de Documentação. *Plano Orientador de Implantação do Centro de Documentação da Universidade de Brasília*. Brasília: Cedoc, 1988.

VENÂNCIO, Renato. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: VENÂNCIO, Renato. e NASCIMENTO, Adalson (Orgs.). *Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.